

Banco Moneo S.A.

CNPJ: 07.441.209/0001-30
NIRE: 43.3 0004531-5

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante	401.610	366.645	Circulante	280.527	239.565
Disponibilidades	24	8	Depósitos	38.842	38.842
Aplicações interfinanceiras de liquidez	27.479	34.183	Depósitos interfinanceiros (Nota 8)	38.842	-
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	27.479	34.183	Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	223.769	219.636
Operações de crédito	315.546	286.477	BNDES (Nota 9)	223.769	219.636
Setor privado (Nota 5.a)	332.080	303.387	Outras obrigações	17.916	19.929
Prov. p/ oper. de crédito de liq. duvid. (Nota 5.e) (16.534)	(16.534)	(16.910)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	54	113
Outros créditos	12.297	11.313	Dividendos (Nota 14.c)	4.707	5.797
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	4.310	4.469	Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	8.200	7.640
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	402	20	Outras obrigações (Nota 11)	4.955	6.379
Outros créditos diversos (Nota 6)	7.968	6.824	Exigível a longo prazo	487.335	469.865
Prov. p/ outros créditos de liq. duvid. (Nota 5.e) (383)	(383)	-	Obrig. por repasses do País - Instituições oficiais	487.040	469.778
Outros valores e bens (Nota 7)	46.264	34.664	BNDES (Nota 9)	487.040	469.778
Realizável a longo prazo	549.601	515.974	Outras obrigações	295	87
Operações de crédito	532.732	501.251	Outras obrigações (Nota 11)	295	87
Setor privado (Nota 5.a)	553.663	516.410	Resultados de exercícios futuros	209	503
Prov. p/ oper. de crédito de liq. duvid. (Nota 5.e) (20.931)	(20.931)	(15.159)	Receitas de exercícios futuros (Nota 13)	209	503
Outros créditos	16.869	14.723	Patrimônio líquido (Nota 14)	184.184	173.946
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	16.869	14.723	Capital	150.000	100.000
Permanente	1.044	1.260	Reservas de lucros	34.184	74.241
Imobilizado de uso	557	1.056	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(295)
Imobilizado de uso	1.169	1.523			
Depreciações acumuladas	(612)	(467)	Total do passivo e patrimônio líquido	952.255	883.879
Intangível	487	204			
Intangível	1.098	688			
Amortizações acumuladas	(611)	(484)			
Total do ativo	952.255	883.879			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 e semestre findo em 31/12/2014 (Em milhares de Reais) As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros result. abrang.	Lucros acumulados		
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.183	61.469	(111)	(5.797)	(184)	166.541
Dividendos propostos	-	-	-	-	5.797	-	(5.797)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.366	-	13.366
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(184)	(184)
Destinações:	-	669	-	-	-	-	(669)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	(6.920)
Reservas de lucros	-	-	6.920	-	-	-	6.920
Em 31 de dezembro de 2013	100.000	5.852	68.369	(295)	-	-	173.946
Varição do exercício	-	669	6.920	(184)	-	-	7.405
Em 31 de dezembro de 2013	100.000	5.852	68.369	(295)	-	-	173.946
Incorporação de Capital (Nota 14.a)	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.707)	(4.707)	(4.707)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.650	14.650	14.650
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	295	295
Destinações:	-	732	-	-	-	-	(732)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	(9.211)
Reservas de lucros	-	-	9.211	-	-	-	9.211
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	-	-	-	184.184
Varição do exercício	50.000	732	(40.789)	295	-	-	10.238
Em 30 de junho de 2014	100.000	5.930	69.881	(9)	-	-	175.802
Incorporação de Capital (Nota 14.a)	50.000	-	(50.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.707)	(4.707)	(4.707)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	13.080	13.080	13.080
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	9	9
Destinações:	-	654	-	-	-	-	(654)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	(7.719)
Reservas de lucros	-	-	7.719	-	-	-	7.719
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	-	-	-	184.184
Varição do semestre	50.000	654	(42.281)	9	-	-	8.382

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações aplicadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 2 de fevereiro de 2015. 3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Apuração de resultados: As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. c) Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários: De acordo com a Circular n° 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: (i) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n° 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução n° 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. f) Ativo permanente: O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for

maior que seu valor recuperável estimado. g) Imposto de renda e contribuição social: Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos econômicos de lucros tributários futuros e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. h) Ativos e passivos contingentes: De acordo com a Resolução CMN n° 3.823/2009: • **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. i) **Outros ativos e passivos**: Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). j) **Estimativas**: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. 4) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Papel/ lastro	De 1 a 12 Meses	2014		2013	
		Vlr de mercado (contábil)	Vlr de mercado	Vlr de mercado	Vlr de mercado
LTN	27.479	27.479	27.471	-	-
LFT	-	-	-	21.056	-
CDI	-	-	-	13.127	-
	27.479	27.479	27.471	34.183	-

c) Composição da carteira por vencimento:

Vencimento	Emprést. descont.	Outros cré. c/ carac. de concessão de cré.		2014	2013
		Compror	Financiam.		
Vencidos	5.241	576	5.412	320	11.549
A vencer	-	-	-	-	-
Até 3 meses	19.156	19.769	10.004	58.372	33
De 3 a 12 meses	42.168	-	-	171.383	49
De 1 a 3 anos	48.900	-	-	351.930	40
Após 3 anos	11.250	-	-	141.582	15
Total da carteira	126.715	20.456	10.004	728.679	402
Prov. para créditos de liq. duvidosa crédito	(20.611)	(230)	(62)	(16.562)	(383)
Total líquido	106.104	20.115	9.942	712.117	19

d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução n° 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução n° 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução n° 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

Níveis de risco	% Oper. de provís.	Carteira		2014	2013
		Avais e fianças (%)	Outros cré.		
AA	0,0%	3.575	-	3.575	6.450
A	0,5%	269.039	13.381	282.420	188.374
B	1,0%	415.567	95	415.662	474.388
C	3,0%	86.126	9.775	95.901	93.314
D	10,0%	63.124	1.312	64.436	27.887
E	30,0%	28.185	-	28.185	38.013
F	50,0%	10.551	-	10.551	4.791
G	70,0%	69	-	69	379
H	100,0%	9.282	-	382	9.664
Total		885.743	24.563	402	910.708

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 e semestre findo em 31/12/2014

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 e semestre findo em 31/12/2014 (Em milhares de Reais)

	2º Sem. 2014			2014		
	2014	2014	2013	2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	41.254	77.557	75.980	39.887	74.953	73.597
Operações de crédito	1.387	2.444	2.383	1.387	2.444	2.383
Rec. de oper. com títulos e vlr. mobil.	10.602	(35.234)	(37.543)	10.602	(35.234)	(37.543)
Despesas da intermed. financeira	(1.854)	(2.008)	-	(1.854)	(2.008)	-
Operações de captação no mercado	9.015	(18.191)	(23.089)	9.015	(18.191)	(23.089)
Prov. p/ créd. de liq. duvid. (Nota 5.f)	267	(15.029)	(14.454)	267	(15.029)	(14.454)
Result. bruto da intermed. financeira	30.652	42.363	38.437	30.652	42.363	38.437
Outras receitas (desp.) operacionais	(8.949)	(16.708)	(16.159)	(8.949)	(16.708)	(16.159)
Rendas de tarifas bancárias	730	1.153	542	730	1.153	542
Despesas de pessoal	(5.434)	(10.385)	(10.124)	(5.434)	(10.385)	(10.124)
Outras desp. administrativas (Nota 17)	(1.976)	(4.250)	(4.097)	(1.976)	(4.250)	(4.097)
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.432)	(2.718)	(2.570)	(1.432)	(2.718)	(2.570)
Outras rec. (desp.) operac., liq. (Nota 19)	(837)	(508)	90	(837)	(508)	90
Resultado operacional	21.703	25.655	22.278	21.703	25.655	22.278
Resultado não operacional (Nota 20)	192	(991)	458	192	(991)	458
Result. antes da tribut. sobre o lucro IR e contribuição social	21.895	24.664	22.736	21.895	24.664	22.736
Corrente (Nota 15.a)	(8.293)	(12.198)	(14.554)	(8.293)	(12.198)	(14.554)
Diferido (Nota 15.a)	(522)	2.184	5.204	(522)	2.184	5.204
Lucro líquido do semestre/exercício	13.080	14.650	13.386	13.080	14.650	13.386
Lucro líq. sem./exerc. por ação - RS	0,087	0,098	0,134	0,087	0,098	0,134

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31/12/2014 e 2013 e semestre findo em 31/12/2014 (Em milhares de Reais)

	2º sem. 2014			2014		
	2014	2014	2013	2014	2014	2013
Receitas	39.784	75.252	74.982	39.784	75.252	74.982
Receita de prestação de serviços	730	1.153	542	730	1.153	542
Outras rec. (desp.) operac. e não operac.	825	846	1.546	825	846	1.546
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	267	(15.029)	(14.454)	267	(15.029)	(14.454)
Recursos obtidos de terceiros	41.606	62.222	62.616	41.606	62.222	62.616
Despesas de intermediação financeira	(10.869)	(20.205)	(23.089)	(10.869)	(20.205)	(23.089)
Mater., energia, serv. de terc. e outros						

11. Outras obrigações diversas:

	2014	2013
Recebimentos antecip. de operações de crédito	90	1.251
Outras	29	60
	5.250	6.466
Circulante	4.955	6.379
Exigível a longo prazo	295	87

(a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R\$ 3.963 (R\$ 3.559 em 2013). (b) As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes , no prazo médio de três dias. **12. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais:** Em 31 de dezembro de 2014 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em "Outras obrigações". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	2014	2013
Passivos contingentes - processos civís	170	—
Passivos contingentes - processos trabalhistas	160	100
Obrigações legais - fiscais (nota 10 e nota 6)	3.482	3.482
	3.812	3.582

Processos civís - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 857 (R\$ 630 em 2013) referente a processos civís relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 23 ações em 2014 e 18 ações em 2013. **Processos trabalhistas** - tratam-se de processos acionados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. **Obrigações legais - fiscais** - Consiste principalmente, em ação de revisão na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, estes valores estão apresentados na conta "Outros créditos - diversos" na rubrica de Recursos fiscais conforme Nota 6. A partir de agosto de 2011, considerando a possibilidade provável de perda, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **13. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avaliata, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2014	2013
2014	—	393
2015	206	107
2016	3	3
	209	503

14. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000.000,00. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 10 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Instituição no montante de R\$ 50.000.000,00. **b) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 27.600 corresponde ao saldo remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c) Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	14.650	13.386
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(732)	(669)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	13.918	12.717
Dividendos propostos	4.707	5.797

Os dividendos propostos foram aprovados pelo único controlador em 02/02/2015. Os resultados do exercício 2014 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. **15. Imposto de renda e contribuição social: a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Lucro antes da tribut. sobre o lucro	21.895	24.664	22.736
IR e CS às alíquotas nominais de 40%	(8.758)	(9.866)	(9.094)
Adições perman. no imposto corrente	(107)	(250)	(280)

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice presidente do conselho

Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Valiati - Conselheiro

Banco Moneo S.A.

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Benefícios fiscais Vale cultura e PAT	38	78	—
Outras adições, liquadas	12	24	24
IR e CS no resultado	(8.815)	(10.014)	(9.350)
IRPJ corrente	(5.255)	(7.676)	(9.189)
CSLL corrente	(3.038)	(4.522)	(5.365)
IRPJ diferido	(273)	1.365	3.252
CSLL diferido	(249)	819	1.952
	(8.815)	(10.014)	(9.350)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 31 de Dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2014	2013
Diferenças temporárias		
Provisão para cré. de liquid. duvidosa (nota 5.e)	38.340	32.597
Créditos baixados para prejuízo	9.106	9.807
Provisão para contingências (nota 12)	3.812	3.582
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	866	988
Perdas em bens não de uso baixados para prejuízo	823	514
Provisão Marcoprev	—	492
Base de cálculo para IR e CS	52.948	47.980
Impostos diferidos - Imposto de renda (25%)	13.237	11.995
Impostos diferidos - Contribuição social (15%)	7.942	7.197
Ativo fiscal diferido	21.179	19.192
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	4.310	4.469
Realizado a longo prazo (classif. em "Outros créditos")	16.869	14.723
c) Movimentação:	2014	2013
Saldo anterior, em 31 de dezembro	19.192	13.867
Créd. tribut. líquido constituído/(revertido) no exerc.	1.987	5.325
Saldo Atual em 31 de dezembro	21.179	19.192

d) Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstra o abaixo:

	2014	2013
2014	—	4.469
2015	4.310	3.948
2016	2.788	4.717
2017	4.647	6.055
2018	9.348	3
2021	86	—
	21.179	19.192

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2014, calculado com base na taxa média de capturação de 11,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 16.471 (R\$ 15.757 em 2013 a taxa de 9,90% a.a.). **16. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2014, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 17,66%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%. **17. Outras despesas administrativas:**

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Despesas de processamento de dados	362	674	547
Despesas com localização e funcionamento	358	697	704
Despesas de propaganda e publicidade	162	340	183
Despesas de serviços do sistema financeiro	308	607	642
Despesas de serv. técnicos especializados	284	718	770
Despesas de viagem no país	216	513	563
Depreciações/amortizações	141	285	276
Custas judic. e cartorárias de bens retomad.	63	254	263
Outras	82	162	149
Total	1.976	4.250	4.097

18. Despesas tributárias:

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Progr. de integr. social (PIS)	0,65%	194	369
Contr. para o financ. da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.194	2.268
Imposto sobre serviços (ISS)	5,00%	37	58
Outras despesas tributárias		7	9
Total		1.432	2.570

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Rendas de garantias prestadas	212	514	1.562
Reversão prov. operacionais com veículos apreendidos	227	717	239
Reversão provisões para contingências fiscais e trabalhistas	64	204	15

Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso) (1.040) (350) (923)
 Prov. de veículos apreendidos (bens não de uso) (1.040) (1.146) (682)
 Despesas com Perdas Ações Judiciais — (13) (21)
 Prov. para contingências fiscais e trabalhistas (93) (434) (100)
 Total (837) (508) 90

20. Resultado não operacional:

	2º Sem. 2014	Exerc. 2014	Exerc. 2013
Despesas não operacionais	(40)	(1.411)	(326)
Receitas não operacionais	232	420	784
	192	(991)	458

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se cau-

CNPJ 07.441.209/0001-30 - NIRE 43 3 0004531 5
 Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). **21. Partes relacionadas: a) Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 69 (R\$ 54 em 2013) no exercício para a Marcopolo S.A. **b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de R\$ 1.200. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.850 (R\$ 1.985 em 2013), conforme segue:

	2014	2013
Remuneração - pró-labore	725	735
Encargos sociais	163	165
Benefícios agregados	962	1.085
	1.850	1.985

A reunião do Conselho de Administração de 12 de maio 2014 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c) Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2014 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 179 (R\$ 120 em 2013). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. E um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais em data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.092)	(1.479)
Valor justo dos ativos do plano	2.145	1.497
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(53)	(18)
Ativo (Passivo) líquido calculado	—	—

a) A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:

	2014	2013
Passivo líquido no início do exercício	(492)	(186)
Ganho (perda) reconhecida	26	(125)
Despesas no ano	(161)	191
Contribuições reais da empresa no ano	135	120
Passivo líquido provisionado não revertido no período	<u>(492)</u>	<u>(492)</u>
Passivo líquido no final do exercício	—	(492)

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

	2014	2013
Custo de serviço corrente	178	234
Juros sobre a obrigação atuarial	181	21
Remuneração dos efeitos reconhecimentos em ORA	(190)	(438)
Contribuições de funcionários	(8)	(8)
	161	(191)

As principais premissas atuariais na data do balanço são: **b) Hipóteses econômicas:**

	Percentual ao ano
Taxa de desconto	12,27
Taxa de rend. esperada sob/ os ativos do plano	12,27
Taxa de crescimento salarial	8,56
Taxa de inflação	5,40

c) Hipóteses demográficas:

	2014 e 2013
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Banco Moneo atendeu às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco

utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b) Risco de Mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas a variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Crédito e Cobrança. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência Administrativa e Financeira e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c) Risco de Crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d) Risco de Liquidez:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria de Crédito e Cobrança, Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança, Área de Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de Riscos (Consolidado)** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações relativas a gerenciamento de riscos, exposição a riscos e a adequação de capital da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, conforme disposto na Circular 3.477/2009 do Banco Central do Brasil. **24. Instrumentos derivativos** O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **25. Seguros:** O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Contador
Cleber Alexandre Bernard
 CRC/RS 81.323/O-4

KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/F-7
 Wladimir Omiechuk - Contador CRC RS-041241/O-4

Diretoria
José Antonio Valiati - Diretor administrativo e financeiro
Fabio Dahlem da Rosa - Diretor comercial
José Fernando Bettoni - Diretor de crédito e cobrança

Aos Administradores e Acionistas do Banco Moneo S.A.
 Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício e semestre, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.